

A PSICOPEDAGOGIA E SUA ATUAÇÃO NO TRABALHO COM VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Dejanira Rodrigues Peçanha Morovis Amaral
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

RESUMO

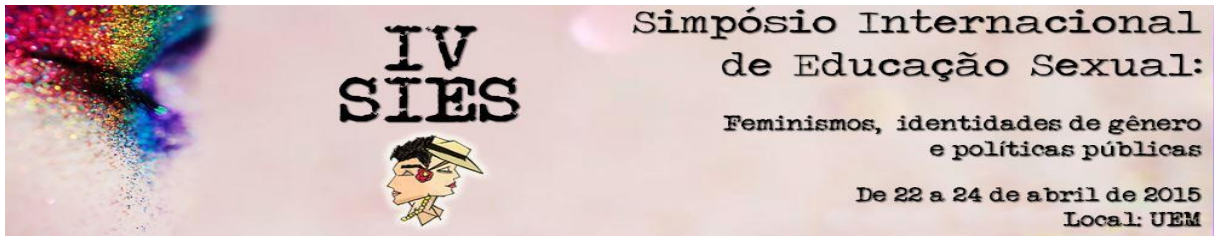
Este trabalho faz da pesquisa de revisão bibliográfica, um caminho para analisar produções científicas já existentes, onde investigamos aspectos escolares possíveis da atuação da Psicopedagogia. Tratando das causas e consequências do abuso e da violência sexual infantil e suas influências na não-aprendizagem, por conta desses fatos. Tem por objetivo, analisar as contribuições da Psicopedagogia no atendimento de crianças com problemas de aprendizagem oriundos de violência sexual. Para isso, faz um levantamento do percurso histórico da Psicopedagogia ao longo dos tempos e apresenta possibilidades de atuação na superação das necessidades da criança vitimizada. A pesquisa destaca num primeiro momento a construção dos conceitos, a definição de papéis, as formas de atuação do(a) psicopedagogo(a), com ênfase no atendimento do ponto de vista da atividade preventiva e terapêutica. Para após conceituar abusos, violência sexual e suas diferentes manifestações. Apresenta as possibilidades de atuação e a inserção de um (a) psicopedagogo (a) neste processo. Por meio de uma ação consciente e compromissada o(a) psicopedagogo(a) pode repensar suas práticas pedagógicas diante das dificuldades de aprendizagem destas crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Psicopedagogia; Atuação; Abuso e violência sexual.

INTRODUÇÃO

Este estudo é resultado do trabalho de conclusão de Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, do departamento de teoria e prática da educação da Universidade Estadual de Maringá no ano de 2014.

O mesmo teve sua gênese em questões internas, que eram maiores que o comodismo e o medo de estudá-las. Algo que despertava para o que Ivani Fazenda (1989) chama de “Egohistória”. Para tanto, faz-se necessário compreender o que a mesma propõe. E, assim se fez, pautado nos princípios ressaltados por Fazenda (1989), quando revela que é possível se fazer pesquisa com “as possibilidades de busca na “interdisciplinaridade, como humildade, coerência, espera, respeito e desapego, já que as inferências sofridas nos textos e nas falas devem ser vistas como uma possibilidade a mais para vir a ser; ser melhor” (FAZENDA, 1989, p.11).



Quando se fala em questões internas, é essencial ao(a) psicopedagogo(a), ter a consciência de que estando em atendimento à criança, estará indo de encontro à sua própria subjetividade, e que,

“[...] a ele e à criança deve ser permitida a conservação da sua individualidade, e que este espaço por assim dizer deve ser preservado, sendo capaz de serem reelaboradas, por meio da consciência de seu trabalho, atividades e conhecimentos, inclusive de si mesmo” (MERY, 1985, p. 25).

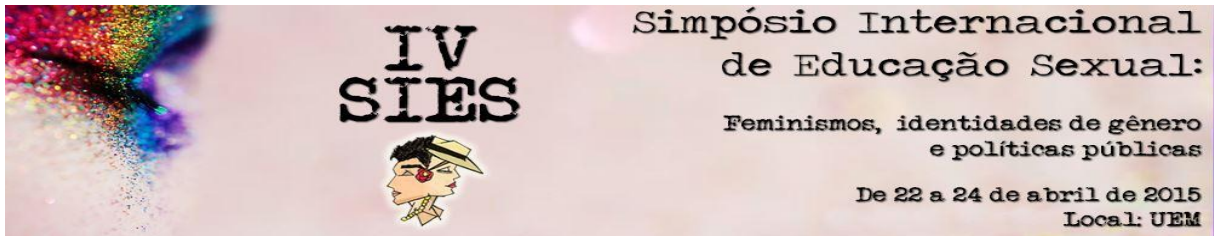
Cuidando para evitar no seu trabalho, a transferência¹ e a contratransferência², Mery (1985, p. 24) ao falar da contratransferência, afirma que “[...] o psicopedagogo e a criança, não se encontram totalmente cara a cara; entre eles, servindo-lhes de mediador, estão as atividades que realizam juntos”; algo que se crê ser verdadeiramente o cerne do trabalho em função de um(a) profissional(a) qualificado(a).

Coadunando com a ideia de Mery (1985), quando ela diz que um psicopedagogo precisa ir de encontro a si mesmo e que seja qual for o caminho que ele tenha escolhido, é de suma importância que ele possa se conhecer melhor. Ideia reafirmada por Freud (1938) ao afirmar que é necessário que ao terapeuta, antes de se voltar para a criança, aprofunde o conhecimento de si, e não apenas de ‘si mesmo’ consciente ou pré-consciente, mas do si - mesmo inconsciente, pois, como escreveu (FREUD, 1938/1964, p.46) “conhecer-se mal significa para o ego perder sua força e sua influência”. Este conhecimento de si mesmo lhe permite submeter-se à situação infantil da qual participa “[...] e ao mesmo tempo resistir a toda tendência regressiva no interior de si” (MERY, 1985, p. 24, grifo nosso).

¹ **Transferência** é um fenômeno que ocorre na relação paciente/terapeuta, onde o desejo do paciente irá se apresentar atualizado, com uma repetição dos modelos infantis, as figuras parentais e seus substitutos serão transpostas para o analista, e assim sentimentos, desejos, impressões dos primeiros vínculos afetivos serão vivenciados e sentidos na atualidade. Fonte: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/transferencia> © Psicologado.com

² **Contratransferência**

Segundo Isolan (2005), a contratransferência é algo inerente a terapia. O conceito de contratransferência foi introduzido por Freud que o definiu como sendo aquilo que “surge no *terapeuta como resultado da influência que exerce o paciente sobre os seus sentimentos inconscientes”. (FREUD, 1969, p.125-36) Fonte: <https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/transferencia-e-contratransferencia> © Psicologado.com



METODOLOGIA DA PESQUISA

A pesquisa baseou-se em um levantamento bibliográfico de textos já elaborados sobre a temática “Psicopedagogia, seu papel e formação histórica”; unindo tais leituras às discussões presentes no texto base, a Dissertação de Mestrado apresentada por Edyane Silva de Lima (2013), na Universidade Estadual de Maringá. Com estas bases, foram selecionados textos complementares que atendem aos critérios referentes ao objetivo do trabalho que trata das questões acerca do abuso e violência sexual. Após, verificou-se como e quais as possibilidades de atuação da(o) psicopedagoga(o) e como contribuir com seus pressupostos teóricos para o entendimento do tema.

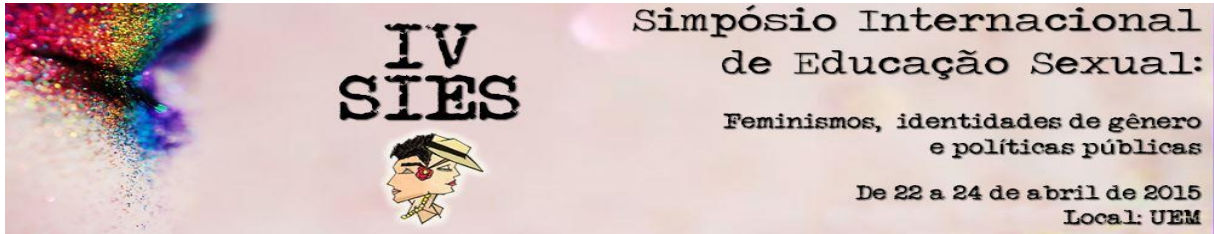
Este estudo constitui-se de três momentos: sendo que trata inicialmente de conceituar a Psicopedagogia em suas múltiplas singularidades, no segundo, é apresentado o conceito e considerações sobre o abuso e a violência sexual infantil, e finalmente no terceiro, é tratado o objetivo desta pesquisa, que se trata da Psicopedagogia e sua atuação contra o abuso e a violência sexual infantil.

HISTÓRICO DA PSICOPEDAGOGIA E A PSICOPEDAGOGIA NO BRASIL

Quando se pensa em estudos acerca da Psicopedagogia com um enfoque no trabalho com as crianças vitimizadas pelo abuso e violência sexual, há uma preocupação no percurso desta compreensão, pois, estar situados, permite melhor compreender esta construção. Para tal, um fator se faz essencial, conhecer o percurso histórico e formador da base do(a) psicopedagogo(a): o advento da Psicopedagogia, suas necessidades em diferentes momentos, sua função, o papel que este desempenha enquanto profissional que tem por objeto principal o vínculo com o aprender (BOSSA, 1994, p.8).

Encontra-se durante este estudo diferentes visões e percepções do que é ou o vir a ser Psicopedagoga(o). Sobre isso, Visca (1987, p.7), fala no Prólogo do livro “Clínica Psicopedagógica de Jorge Visca”, escrito por Jorge Fasce

A Psicopedagogia nasce como uma ocupação empírica pela necessidade de atender a criança com dificuldade de aprendizagem,



cujas causas eram estudadas pela medicina e psicologia. Com o decorrer do tempo, o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, **foi se perfilando como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e dos recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.** (destaques nosso)

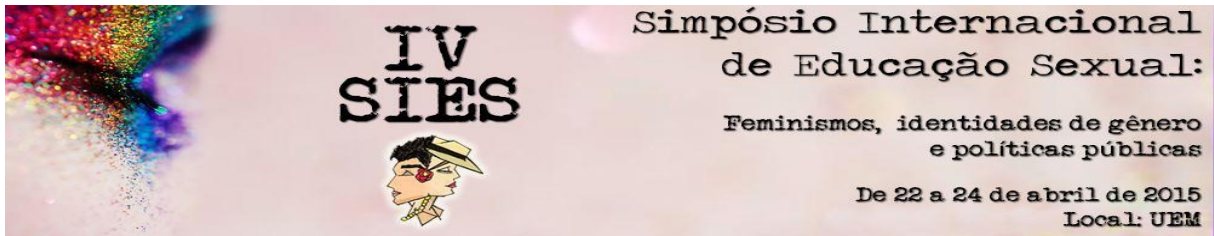
Há pensadores tais como Janine Mery (1985) e Sara Pain (1986) que tratam da Psicopedagogia de outro ponto de vista. Enfatizam o caráter interdisciplinar que esta deve ter.

Assumimos por conceito, que norteia este estudo à afirmação que é declarada por Visca (1987, p. 7) no mesmo prólogo escrito por Fasce “[...] um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios”.

Historicamente, a Psicopedagogia vivenciou momentos nos quais se esperava que por meio da união Psicologia – Psicanálise - Pedagogia pudesse conhecer a criança e o seu meio, para que fosse possível estudar o caso e determinar a ação reeducadora. Ação mais uma vez curativa e influenciada pelas práticas apenas diagnósticas da qual se faz uso na função clínica de levantamento das condições cognitivas, sociais e afetivas do sujeito a que se propõe aprendizagem (VISCA, 1987, p. 12).

Bossa (1987) traz o pensamento de Golbert (2007, p. 22), que por sua vez afirma

“o objeto de estudo da Psicopedagogia deve ser entendido a partir de dois enfoques: preventivo e terapêutico”. **O enfoque preventivo considera como objeto de estudo da Psicopedagogia, o ser humano em desenvolvimento enquanto educável. Seu objeto é a pessoa a ser educada, seus processos de desenvolvimento e as alterações de tais processos. Focaliza as possibilidades do aprender num sentido amplo [...] E o enfoque terapêutico considera o objeto de estudo a identificação, análise, elaboração de uma metodologia de diagnóstico e tratamento das dificuldades de aprendizagem.** (SANTOS & IPPOLITO, 2009, p.9, destaques nosso).



Há relatos em Bossa (1994, p.27) que fazem repensar o movimento histórico da psicopedagogia no Brasil. A mesma autora afirma que esse movimento chega até o nosso país pela proximidade geográfica; assim ele “[...] é influenciado pela maior facilidade de acesso ao espaço argentino, suas literaturas e pensadores”.

Chega ao Brasil via Visca, que é considerado um dos maiores contribuintes da difusão da Psicopedagogia, criador da epistemologia convergente. Definimos “assim o porquê da escolha da base e a fundamentação ou suporte teórico, alicerçado na Clínica de Visca”, onde a vítima de abuso e violência sexual, pode ser acolhida num atendimento fundamentado na “Epistemologia Convergente.”

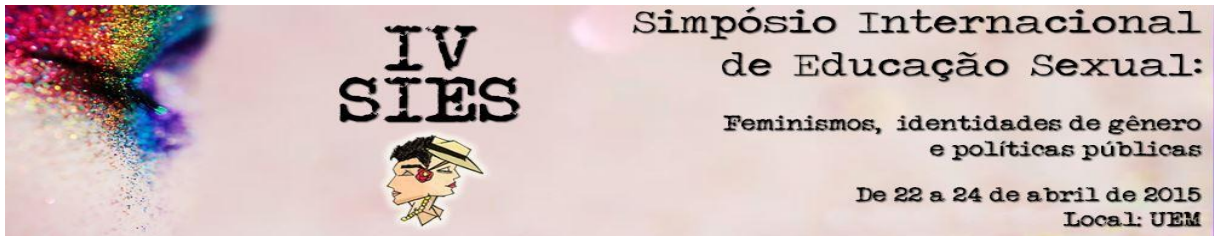
AS COMPLEXIDADES DA PSICOPEDAGOGIA E SUA RECOMENDAÇÃO FACE AO TRABALHO COM AS CRIANÇAS VITIMAS DE ABUSO E VIOLÊNCIA INFANTIL

Quando se opta por estabelecer uma relação das práticas pedagógicas do trabalho com crianças vítimas destes abusos e violências, de modo preferencial dá-se ênfase na intenção de verificar o atendimento a estas crianças e adolescentes por meio do aparato Clínico da Epistemologia Convergente de Visca (1987), pois também seria satisfatório aproximar mais desta teoria.

Mery (1985) alerta para a dupla polaridade a que o(a) psicopedagogo(a) está sujeito, podendo assumir a princípio o caráter unicamente escolar (o pedagogo(a) primando pela transmissão do saber, esforçando-se por utilizar as técnicas apropriadas para este fazer), ou ainda, se colocar como um(a) professor(a) (clínico curativo) imaginando sair dos limites deste ato, ao se considerar as ações terapêuticas da ação.

Vista toda essa complexidade, há que somar a esta, a complexidade específica da temática em questão: conceito de trabalho, atividade psicopedagógica e conceitos que fundamentam as discussões sobre violência sexual contra crianças e adolescentes.

ABUSO, VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL: CONSEQUÊNCIAS ESCOLARES



Na busca pela compreensão do que é violência, encontramos diversas concepções sobre o conceito de violência e destacamos algumas: ARANHA (1992) diz que é “quando alguém voluntariamente faz uso da força para obrigar uma pessoa ou grupo a agir de forma contrária a sua vontade, ou quando os impede de agir de acordo com sua própria intenção. **Ou, ainda, quando priva alguém de um bem**”. (ARANHA e MARTINS, 1992, p. 171.) (Destaques nosso).

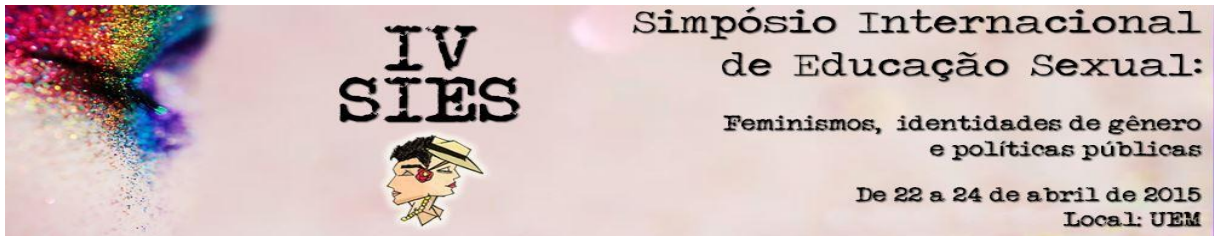
Em plena conformidade com Lima (2013, p. 29), quando remete a pensar que “a criança é o ser que precisa, e deve ser respeitados pelo adulto na relação de poder, decisão, cuidados e proteção do adulto quanto à sexualidade, uma vez que à primeira quase sempre é negado até mesmo o direito de falar sobre”; mesmo esta sendo a vítima de toda uma produção das mais vis formas de promoção à erotização. Assim temos no pensamento expresso em Lima (2013, p. 45) algo que define nossa forma de pensar acerca da violência sexual.

Existem alguns sintomas nas crianças que são molestadas/sacrificadas, e que os(as) educadores(as) poderão detectá-los por meio da observação, do diálogo, do enfrentamento à questão. Vale ressaltar que se deve ter certo cuidado, pois um dos aspectos isolados não indica sinais de abuso, mas sim, um resultado de um conjunto de fatores que levam a suspeitas. **Sempre que houver dúvidas, é importante pedir auxílio a profissionais que atuam nessa área** (RIBEIRO & MARTINS, 2008) (destaques nosso).

A compreensão sobre violência sexual é a assinalada no documento elaborado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2001) e reafirmada por Azevedo e Guerra (2001), sendo todo ato ou jogo sexual entre um/a ou mais adulto/a e uma criança e/ou um adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança e/ou adolescente, ou utilizá-los/as para obter satisfação sexual.

E ainda quando diz que,

Esse fenômeno violento pode variar desde atos em que não se produz o contato sexual (*voyeurismo*, exibicionismo, produção de fotos), até diferentes tipos de ações que incluem contato sexual sem ou com penetração. Engloba ainda a situação de exploração sexual visando lucros como é o caso da prostituição e da pornografia. (LIMA, 2013, p.46).(destaques nosso)



Lima (2013, p.45) diz que “(...) Qualquer ato sexual ou tentativa de ato sexual não desejado ou ato para traficar a sexualidade de uma pessoa, utilizando coerção, ameaças ou força física, praticados por qualquer pessoa, independentemente de suas relações com a vítima, em qualquer cenário (...)”.

Ribeiro e Martins (2008) reforçam a compreensão, de que muitas crianças acabam refletindo na escola a violência que sofrem e apresentam por meio de revoltas, agressões tanto a colegas, a professores(as) e aos(às) demais e que por vez acabam se manifestando na sua aprendizagem e/ou desempenho escolar, problemas de indisciplina, baixa auto-estima, perda da confiança, dentre outros fatores.

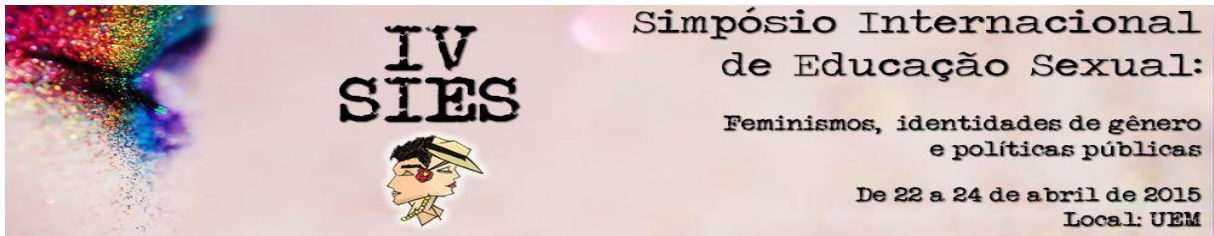
SINTOMAS DO ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL E CONSEQUÊNCIAS ESCOLARES

As condições degradantes a que são submetidas, as crianças e adolescentes, observa-se diferentes formas de violência como se manifesta e assim pode-se pensar o como há pistas indicativas do desenvolvimento de outras vítimas, uma vez que vitimadas estas serão outros reprodutores da mesma violência, como expressão dos diferentes níveis e formas de violência a que as crianças ainda são expostas.

Outras pistas que se amparam na diferenciação das variadas formas de agressões a que as crianças são submetidas podem ser observadas no “Manual para atendimento a vítimas de violência na rede pública de saúde do DF” (BRASIL, 2008, p.23).

Sugere-se ainda a observação deste tipo de apoio, pois estas podem auxiliar na construção diagnóstica e preventiva de abusos e excessos contra as mesmas. “Violência Doméstica Contra a Criança e o Adolescente” (RIBEIRO & MARTINS, 2008).

Nos dados apresentados pela Sociedade de Pediatria de São Paulo, no Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente (BRASIL, 2011), vê-se alguns dos sintomas físicos da violência a que se deve atentar, sem esquecer-



se da importância de diferenciar violência física de violência sexual, abuso sexual, exploração sexual, maus-tratos.

Os maus-tratos, abuso ou violência doméstica devem e podem ser reconhecidos como casos de saúde, pois são tratados pelas equipes de saúde, como enfermidades, sendo identificados na Classificação Internacional de Doenças (CID), sob referência do CID (T74. 2) Abuso sexual.

Ribeiro e Martins (2008) listam sintomas que podem ser indicadores destes tipos de violência, que auxiliam no reconhecimento destes sintomas.

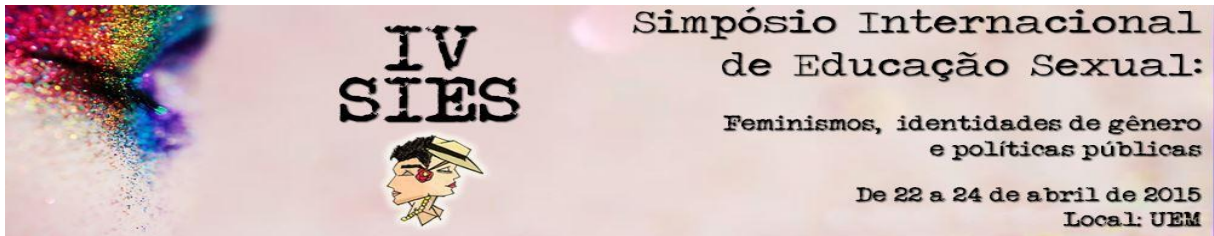
A fim de melhor evidenciar os *traços*, sinais de situações de abuso e da violência sexual infantil, os estudos de Ribeiro e Martins (2008, p. 82) apresentam “pistas” (palavras das autoras) que são identificadoras da violência sexual (indicadores), que segundo elas é possível observar três diferentes tipos de indicadores ou fatores: físicos; comportamentais (na criança e ou adolescente) e de família abusiva.

Ainda sobre como identificar os sinais de abuso sexual, a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente criou e disponibilizou em 2010 para toda a rede pública de ensino, um guia de referência intitulado: “Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual”. Este documento encontra-se em meio público e acessível em meio virtual no endereço: <http://www.childhood.org.br/wpcontent/uploads/2010/12/Guia - de Referencia>.

O mesmo aponta outros indicadores na conduta da criança ou do adolescente. Existem sinais corporais ou provas materiais que podem ser observadas nas práticas diárias.

Este Manual (BRASIL, 2012, p 56), oferece dicas sobre sinais no comportamento ou provas imateriais, isto é, apresenta uma série de comportamentos e sentimentos que precisam ser considerados num conjunto de situações a que se somem e podem ser considerados indicativos, porém, é preciso o fazer de maneira a somar se a outros fatores, e não apenas únicos como definidores de abusos ou de violência sexual.

AS CONSEQUÊNCIAS ESCOLARES: PREJUÍZOS AO APRENDIZADO



Uma vez que a literatura aponta para todos estes sinais, traços, pistas ou indicadores de que a criança fora vitimada, torna-se imprescindível pesquisar e compreender os aspectos, consequências e/ou dificuldades do prejuízo a que esta criança ou adolescente é exposta.

Apesar da complexidade e da quantidade de variáveis envolvidas no impacto do abuso sexual na criança, esta experiência é considerada um importante fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, sendo que “crianças ou adolescentes podem desenvolver quadros de depressão, transtornos de ansiedade, alimentares, dissociativos, hiperatividade e déficit de atenção e transtorno do estresse pós-traumático” (HABIGZANG *et. al.*, 2006, p. 380).

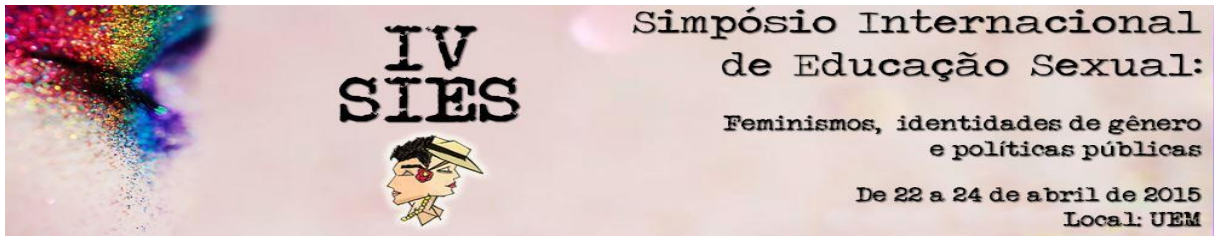
As crianças e adolescentes abusados(as) podem reagir ou vivenciar a violência sexual de várias maneiras, pois o grau de comprometimento desta varia de acordo com diferentes fatores “(fatores intrínsecos à criança: temperamento, desenvolvimento neuropsicológico, e fatores extrínsecos: duração do evento, invasão/introdução carnal, fatores físico-agressivos, rede de proteção, tratamentos e atenção dispensados a ela via aparato social)”. (HABIGZANG *et. al.*, 2006, p. 380).

E, em função da sua imaturidade biopsíquica, Lima (2013, p. 52) informa que, “por se tratar de um ser humano em processo de desenvolvimento, ela ainda não possui condições para compreender ou mesmo evitar sujeitar-se a uma relação de dominação como é o caso da violência sexual”.

Quanto aos aspectos escolares, deve-se fazer as seguintes pontuações que se considera relevantes sobre as condições que demandem empenho e esforço, para que possa minimizar prejuízo às crianças e adolescentes, isto é, deve-se ocupar (focar) os aspectos que visam superar tais mazelas:

a) Aprendizagem: Situações em que os aspectos emocionais estariam ligados ao desenvolvimento afetivo e sua relação com a construção do conhecimento, a expressão deste por meio da produção escolar, que suscitam o bloqueio da aprendizagem. “[...] O não aprender pode, por exemplo, expressar uma dificuldade na relação da criança com sua família; será o sintoma de que algo vai mal nessa dinâmica” (LIMA, 2013, p.77).

b) Síndromes: Dentre os aspectos do equilíbrio biopsicossocial, são estas crianças e adolescentes, passíveis de desenvolverem várias doenças e síndromes.

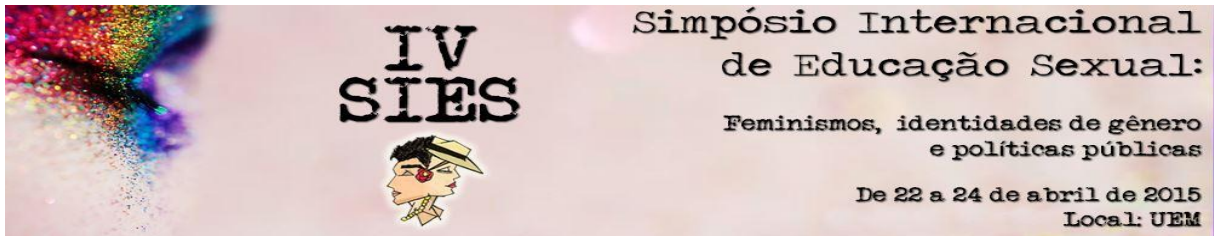


Destaca-se, dentre outras, aquela em que a criança ou adolescente de uma maneira explosiva, exprime o que sente, falante ou não, “direta ou indiretamente aspectos dessa vivência negativa e dolorosa, podendo vir a desenvolver “a Síndrome de Pequeno Poder”, na qual a pessoa assume a postura de autoritarismo”, situações em que a mesma age de mau humor e esquivamente. Lima (2013, p.77). É frequente a presença de síndromes dissociativas, transtornos severos de personalidade e transtorno de estresse pós-traumático.

c) Ações didático-metodológicas: Conforme alerta Lima (2013, p. 108), “[...] ouvir de uma criança que está ali no ambiente escolar, para aprender e desenvolver-se saudavelmente”, que teve seus direitos violados. É preciso oferecer maior espaço e condições para o falar, o expor seus conflitos, [...] “. O que se observa é que, em seu processo de subjetivação a criança vitimizada, guardadas as especificidades biográficas, corajosamente expõe ao se expor, grita silenciosamente ao submeter-se mais outra vez ao agressor” (LIMA, 2013, p.88). Sendo que ela pode se manifestar por meio do “doloroso jogo, em que o protesto é um discurso onipresente, mas velado” (LIMA, 2013, p.88).

d) Práticas intencionais e sistematizadas: Há que se ter maior possibilidade de planejar ações com intenções diretas de trabalho, voltadas e pensadas para atuação contra a permanência das sequelas, pois as mesmas permeiam o fazer. Dentre as ações didáticas, uma sequência simples e objetiva seria a que propõe Lima (2013, p. 84), quando aponta que a criança se revela nas suas ações e atitudes, em “[...] gestos, desenhos, cenas e palavras [...] continuarão a permear o universo escolar, querendo ou não, por mais que os dirigentes escolares criem mecanismos de repressão, velados ou explícitos”. E, de pleno acordo com tais colocações, as atividades didáticas devem ser permeadas de:

- 1) Atividades de expressões corporais e de representação da vida cotidiana ;
- 2) Desenhos de cenas, representações gráficas de sua relação familiar, com as pessoas e outras pessoas;
- 3) Atividades de recriação da vivência por meio de mímicas (imitações do convívio com outrens).O não utilizar os espaços, as condições escolares, seria manter o vazio educacional. Não trabalhar, motivar, discutir, dinamizar a comunidade educativa para um trabalho de educação sexual acaba por perpetuar e



proporcionar aos integrantes desse espaço – no caso, os alunos – desconhecimentos, ações deliberadas e escondidas, como sinais de protesto e de provocação.

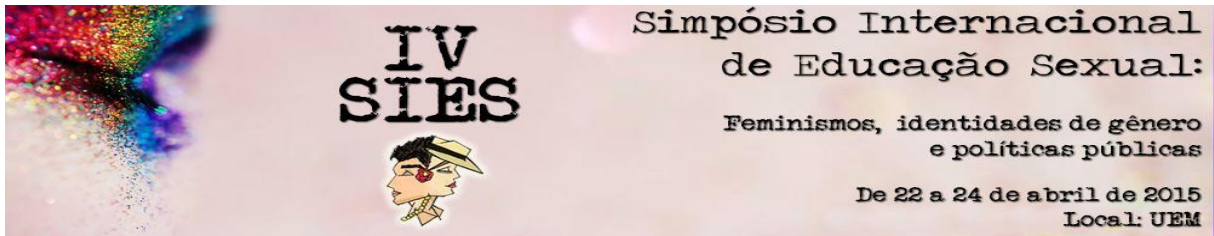
e) Ações conjuntas e ou coletivas: É conhecido desde Freire (2000, p. 17) “Ninguém sabe tanto quanto todos juntos”; por isso, é necessária a construção de espaços em que objetivos e projetos sejam comuns, permeados pela comunicação entre as políticas sociais abarcando a troca de saberes, interações no processo de elaboração, formulação e execução de ações que tenham como foco em comum não permitir o abuso e a exploração sexual da criança e/ou adolescente. (LIMA, 2013, p.96).

f) Ações preventivas: Lima (2013, p.98) afirma que a escola tem a obrigatoriedade e a oportunidade de explorar a curiosidade humana, precisa sistematizar em seus programas (currículos) ações que visem, intencione o combater, prevenir, pois o calar-se é consentir;

g) Implicações no processo cognitivo: As crianças vítimas de violência sexual necessitam de atendimento desta, por sua vez, pode ter implicações em seu processo cognitivo (ter pouca concentração e ser dispersa), em consequência disso a execução de tarefas cotidianas será baixa, e assim o aproveitamento dos momentos de estudos pode ser baixo e a dispersão a cometer. Nunes e Silva (2006) mencionam que a falta de concentração faz com que as possibilidades de aprendizado diminuam, tomando um ritmo lento em que a criança não tenha condições de apreender.

h) Implicações Emocionais: Para De Antoni (2000, *apud* CERQUEIRA-SANTOS *et. al.*, 2010, p. 115), o abuso emocional ou psicológico é evidenciado pelo prejuízo à competência emocional [...] “que é a capacidade ou in(capacidade) de ter sentimentos positivos por outros e de sentir-se bem consigo mesma. Quando são vítimas de violência sexual, que envolve abuso emocional, estes atos de hostilidade e agressividade podem interferir na motivação [...]”, em sua auto-imagem e auto-estima.

i) Implicações de ordem psíquica: Considerar o altruísmo de cada ser como ponto de divergências, pois os conceitos de resiliência e vulnerabilidade envolvem fatores de risco e de proteção. “Risco está associado às características ou aos



eventos que podem levar a resultados ineficazes, enfraquecendo a pessoa diante da situação de estresse” (HABIGZANG *et al*, 2006 p.380).

O(A) PSICOPEDAGO(A) E A ATUAÇÃO CONTRA O ABUSO E A VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

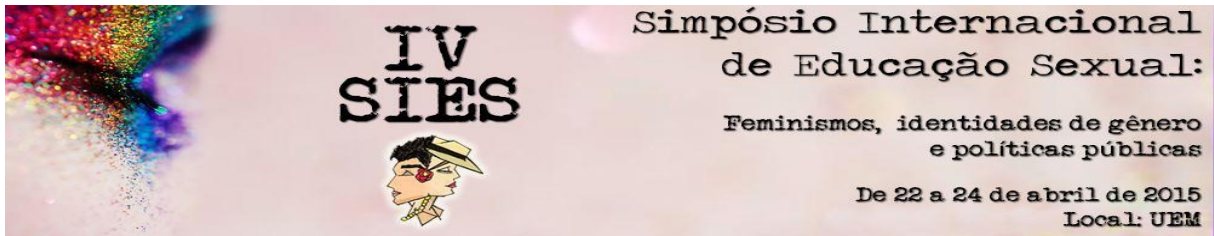
O estudo dos(as) teóricos(as) e pesquisadores(as) que debatem a questão revela como o impacto do abuso e violência sexual pode gerar transtornos psiquiátricos importantes e significativos para a vida do indivíduo. Traz consequências psicológicas de maior ou menor grau e as vítimas apresentam sintomas diversos, sintomas físicos, comportamentais e emocionais.

É pensando nestas condições que se deve crer na possibilidade do trabalho de intervenção do/a psicopedagogo/a para com estas crianças e adolescentes, pois para Mery (1985, p.15-16) o papel do(a) psicopedagogo(a) está posto quando “[...] ele considera a evolução da criança numa perspectiva dinâmica”. Para ele, “[...] o sintoma da criança não é encarado como uma entidade fixa; seu juízo não se limita àquilo que a criança não quer dar, mas, considera o que ela pode fazer e o que pode receber”.

Ao tratar das condições de desconforto e as necessidades de um trabalho mais voltado à compreensão das reais necessidades da criança vitimizada, é possível compartilhar então, do que afirma Mery (1985, p.15), “O psicopedagogo considera que o processo de desenvolvimento da criança foi inibido e que, se lhe for oferecido um meio ambiente novo e um tipo de relação diferente daquela a que estava acostumada, ela poderá retomar o curso normal de sua evolução”.

Mery (1985, p.15) ainda propõe que “por fim, o objetivo do psicopedagogo é conduzir a reinserir-se numa escolaridade normal, de acordo com as possibilidades e interesses dela”. O que parece ser singular, na hipótese de uma criança vir a estar sofrendo com as sequelas de abusos ou violência sexual, pois, a considerar estes fatos não se pode negar que a própria criança necessita uma nova perspectiva de aprendizagem.

Mery (1985) assim fala acerca da especificidade do papel do(a) psicopedagogo(a) que está consciente do fato de que sua atividade, que consiste



em transmitir conhecimento, está longe de ser neutra ou indiferente para a criança e para ele próprio e que esta atividade irá desempenhar um papel na relação estabelecida entre ele e a criança. A criança e ele próprio irão projetar nela suas emoções, seus afetos, tanto mais que as importâncias atribuídas por nossa sociedade a toda aprendizagem intelectual, bem como à valorização dos estudos, acresce a carga afetiva ligada ao saber.

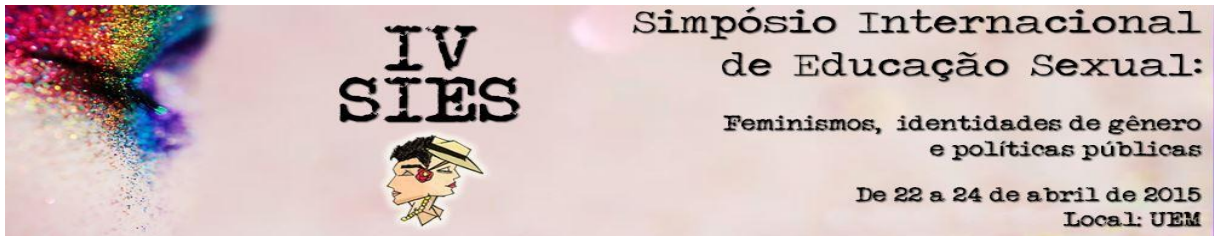
Deve-se ater ainda a uma observação importante para a melhor conceituação do que pode vir a ser o trabalho do(a) psicopedagogo(a) com a criança vitimada; pois, como proposto no início deste estudo, o que se espera da ação e contribuição deste(a) profissional está além de uma pedagogia alternativa, de uma ação isolada para a aprendizagem momentânea deste ou daquele conceito, feito ao(à) “professor(a) de reforços escolares”, que se limita à transmissão do saber nem tampouco se espera uma ação clínica de cura isolada desta ou daquela dificuldade. Não se trata de uma visão clínica apenas, mas de um ato consciente de busca pelo caminho do aprender que há em cada um(a) (MERY, 1985).

Ao tomar consciência do seu fazer e papel junto à criança vítima de abuso e violência, o(a) psicopedagogo(a) traz consigo a máxima expressão ou/a égide do fazer psicopedagógico:

[...] quando uma criança lhe é confiada, o que se pede a ele é que ajude a adaptar-se a escola de hoje e não a de amanhã. O psicopedagogo tem consciência do impacto desastroso que o fracasso escolar exerce sobre a criança: sua desadaptação coloca-a a parte em relação ao grupo de crianças de sua idade e pode chegar mesmo a excluí-la desse grupo; pode conduzi-la a abandonar-se passivamente ao destino, se nada vier restaurar sua visão de si mesma e do mundo ou levá-la a cometer atos antissociais (MERY, 1985, p.16).

Por fim, a importância do(a) psicopedagogo(a), que se propõe é a sugerida por Visca (1991), quando afirma que “[...] aprendizagem, para uma pessoa, abre o caminho da vida, do mundo, das possibilidades, até de ser feliz”.

REFERÊNCIAS



ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. São Paulo: Moderna, 1992.

BOSSA, Nádia. **A Psicopedagogia no Brasil**: Contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

BRASIL, 2014. **Cartilha**. Vitimas, Violência. Manual de Procedimentos. Brasília/DF. Disponível em <https://www.tjms.jus.br/_estaticos_/infanciaejuventude/cartilhas/cartilhaVitimasViolenciaManualProcedimentosBrasiliaDF.pdf>, p.17. Acesso em 13 set. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Guia de referência**: “Construindo uma Cultura de Prevenção à Violência Sexual”. Disponível em <<http://www.childhood.org.br/wpcontent/uploads/2010/12/Guia-de-Referencia>>. Acesso em 15 out. 2014

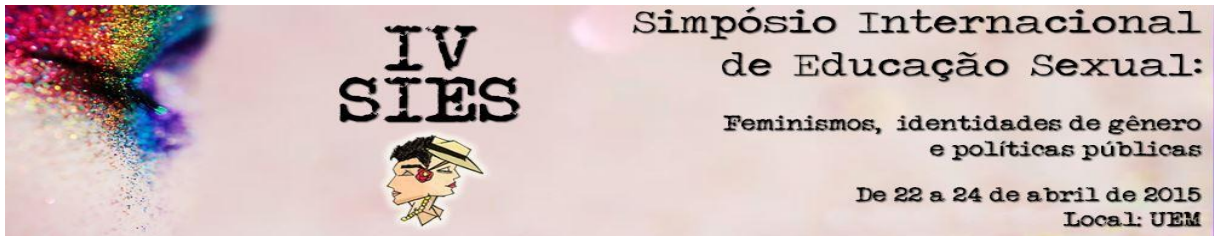
_____. Ministério da Saúde. **Manual**. Secretaria de Vigilância em Saúde. Violência sexual. Théo Lerner Mônica López Vázquez- Sociedade de Pediatria de São Paulo. Manual de atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência / Núcleo de Estudos da Violência Doméstica contra a Criança e o Adolescente. Coordenação: Renata Dejtiar Waksman, Mário Roberto Hirschheimer – Brasília: CFM, 2011. 172 p.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; REZENDE, Nelma; CORREA, Priscilla. **Adolescentes vítimas de exploração sexual**: um estudo de casos múltiplos. In Contextos Clínicos, vol. 3, n. 2, julho-dezembro 2010. Disponível em <<http://revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/4570>>. Acesso em 18 out. 2014.

CÔRTEZ, Ana Rita Ferreira Braga; RAUSCH, Rita Buzzi. O estado do conhecimento acerca da Psicopedagogia escolar no Brasil. In: **Congresso Nacional de Educação**, 9, Curitiba, 2009. Anais... Curitiba: PUCPR, 2009. Disponível em <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3172_1632.pdf>. Acesso em 16 out. 2014.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27857/000748398.pdf>>. Acesso em 18 out. 2014

HABIGZANG, Luísa F. *et al.* **Entrevista clínica com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual**. In Rev. Est. de Psicologia, 2008. Disponível em



<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27857/000748398.pdf>>. Acesso em 18 out. 2014.

_____. **Fatores de risco e de proteção na rede de atendimento a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.** In *Psicol. Reflex. Crit.*, Porto Alegre, v. 19, n. 3. 2006. p. 330-380. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722006000300006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 nov. 2014

LIMA, Edyane Silva de. **Violência sexual contra crianças:** formação docente em discussão. Dissertação de Mestrado em Educação – Programa de Pós-Graduação em Educação. 256 p. Maringá: UEM, 2013.

MERY, Janine. **Pedagogia curativa escolar e psicanálise.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

OLIVEIRA, Eliane Corrêa de Carvalho de. **Psicopedagogia:** teoria e prática. 2012. Disponível em <http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/G201135.pdf>. Acesso em 7 set. 2014.

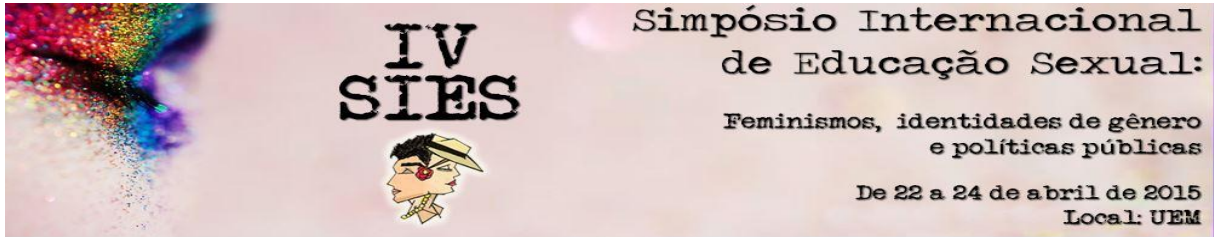
OLIVEIRA, Valéria. **Revista MOSAICO**, 2009, p. 17-29. Disponível em <http://revistamosaico.xpg.uol.com.br/marco-2009/marco2009_Psicopedagogia.htm>. Acesso em 7 set. 2014.

PAIN, Sara. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

PERISSÉ, Gabriel. **Etimologia da palavra violência.** 2010. Disponível em <<http://palavraseorigens.blogspot.com.br/2010/05/violencia-nao-mas-conflito-sim.html>>. Acesso em 22 out. 2014.

LOPES, Rosimeire Bruno. **Transferência e Contratransferência.** 2010. Disponível em <<https://psicologado.com/abordagens/psicanalise/transferencia-e-contratransferencia> © Psicologado.com>. Acesso em 08 de abril. 2015

RIBEIRO, Marisa Marques. MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente:** a realidade velada e desvelada no ambiente escolar. Curitiba: Juruá, 2008.



SANTOS, Benedito Rodrigues dos. IPPOLITO, Rita. **Guia de referência:** construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil, 2009.

VISCA, Jorge. **Clínica Psicopedagógica:** epistemologia convergente. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.

_____. **Psicopedagogia. Novas Contribuições Entrevista,** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1991.

THE PSICOPEDAGOGÍA AND ITS OPERATIONS IN WORKING WITH VICTIMS SEXUAL VIOLENCE

ABSTRACT

This paper is a review of the research literature, a way to analyze the scientific papers, which aims to investigate different aspects psychopedagogists performance. Addresses the causes and consequences of child sexual abuse and violence and its effect on the non-learning, on account of these facts. It aims to analyze the psychopedagogists contributions in caring for children with learning problems resulting from sexual violence. For this, a psychopedagogists analyzes the historical trend over time and presents action possibilities to overcome the needs of victimized children. The research highlights the principle the construction of concepts, defining functions, forms of action (a) psychopedagogists (a), with emphasis on compliance with the point of view of preventive and therapeutic activity. To conceptualize after the abuse, sexual violence and its various manifestations. Presents the possibilities of action and the inclusion of a (a) psychopedagogists (a) in this process. Through a conscious and committed action the psychopedagogists can rethink their teaching on learning difficulties these children and adolescents.

Keywords: psychopedagogists; Performance; Abuse and sexual violence.